

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ELIAN DIRCE COLOMBI MARTINS

**A INSERÇÃO DA MÚSICA EM PROJETOS SOCIAIS:
AÇÃO DE CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL**

**FLORIANÓPOLIS /SC
2009**

ELIAN DIRCE COLOMBI MARTINS

**A INSERÇÃO DA MÚSICA EM PROJETOS SOCIAIS:
AÇÃO DE CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof^ª. Dra. Maria Manoela Valença.

**FLORIANÓPOLIS/SC
2009/1**

ELIAN DIRCE COLOMBI MARTINS

**A INSERÇÃO DA MÚSICA EM PROJETOS SOCIAIS:
AÇÃO DE CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Maria Manoela Valença
Orientadora

Prof^ª. Maria Zélia Rodrigues
Examinadora

Prof^ª. Ms. Maria Izabel da Silva
Examinadora

Florianópolis, março de 2009.

Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte,
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer

Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Denise e Eliseu, por todo carinho, apoio, incentivo e expectativa para eu conquistar mais uma graduação. Desculpa ter feito vocês sofrerem comigo nesta última etapa. Obrigada por tudo! Amo vocês!

Aos meus irmãos Eliseu, Eliana, Ellington e Ellen, que eu amo um montão. Sei que estão orgulhosos da mana.

Agradeço toda a alegria que a minha eterna gatinha Ísis me proporcionou durante sua vida, com suas “mimadisses”, travessuras e carinho, até mesmo quando gostava de me ouvir tocar piano até dormir. Te amo pra sempre!

Ao meu namorado Guga, que teve que ter paciência nessa fase da minha vida, tendo muitas vezes que me dar força para continuar e sempre me apoiando. Te amo amor! Obrigada!

À minha irmã do coração Fátima que eu amo muito e que sempre me coloca “pra cima”, me apoiando e acreditando sempre em mim.

A amiga e companheira de faculdade, Maria, que tantos momentos passamos, de aflição, sofrimentos, alegrias, risadas, e, apesar de tudo sobrevivemos.

A assistente social e coordenadora, Ana Paula, do Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, e, a assistente social Andréia, da ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber, pela oportunidade de aprendizado, pelos conselhos, ajudas, e carinho.

A equipe do Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, Anelise, Bruno, Cecília, Dadalt, José, Lisiane, Major Edésio, Renata, Rodrigo, Sabrina, Willian, pela divertida amizade que tivemos. E para todas as crianças e os adolescentes participantes do Projeto, que muito carinho demonstravam.

Ao grupo do Coral do NETI, aonde realizei o Estágio Obrigatório I, e onde obtive amizades maravilhosas.

MARTINS, Elian Dirce C. **A inserção da música em projetos sociais:** ação de cidadania e inclusão social. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso concilia-se com a experiência prática de Estágio Curricular Obrigatório II, no Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, este desenvolvido na Organização Não-Governamental (ONG) - Transmissão da Cidadania e do Saber. Este trabalho tem como foco salientar a importância da inserção da atividade de música em projetos sociais como proposta alternativa e criativa de ação para o Serviço Social. Possibilitando dessa forma, às crianças e aos adolescentes inseridos no Projeto em questão, um caminho para o exercício e a conquista da cidadania e da inclusão social a partir da efetivação de seus direitos, dentre eles, o acesso, a participação, a informação e à educação. Trata, portanto, de temas sobre cidadania e inclusão social, realizadas por meio de pesquisas bibliográficas: livros, documentos, trabalhos de Conclusão de Curso, revistas, e, Plano e Relatório Final de Estágio Curricular Obrigatório II. Apresenta ainda, exemplos de projetos sociais nacionais existentes com a inserção da música, expondo suas contribuições para o desenvolvimento social. O trabalho busca contribuir para a reflexão e a prática sobre o papel da educação musical no âmbito dos projetos sociais em ONGs, nos quais a cultura emerge como elemento significativo na busca de transformação e justiça social.

Palavras-chave: Projetos Sociais, Música, Cidadania e Inclusão Social.

LISTA DE SIGLAS

AFLODEF	Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIART	Feira Internacional de Artesanato
FONSEAS	Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG	Organização Não-Governamental
OSB	Orquestra Sinfônica Brasileira
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSESP	Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo
OSPA	Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIM	Programa Integração pela Música
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
SENTINELA	Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
SESI	Serviço Social da Indústria
SETAS	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNEIS	Unidades Educacionais de Integração

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. ONG – TRANSMISSÃO DA CIDADANIA E DO SABER.....	13
1.1 ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.....	13
1.2 Caracterização da ONG - Transmissão da Cidadania e do Saber.....	14
1.3 Atuação do Serviço Social na ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber...19	
1.4 Projeto “Conhecendo Novos Espaços”.....	20
2. BREVE ANÁLISE-TEÓRICA SOBRE TERCEIRO SETOR E ONGs.....	24
2.1 Terceiro Setor.....	24
2.2 Organizações Não-Governamentais (ONGs).....	28
3. MÚSICA, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL.....	33
3.1 Música.....	33
3.2 Cidadania.....	37
3.3 Inclusão Social.....	39
3.4 Inserção da Música no Projeto “Conhecendo Novos Espaços”	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXO.....	59

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso concilia-se com a experiência prática de Estágio Curricular Obrigatório II, realizado no período de agosto a dezembro de 2008, no Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, este desenvolvido pela Organização Não-Governamental (ONG) - Transmissão da Cidadania e do Saber.

A temática desenvolvida neste trabalho, “A inserção da música em projetos sociais: ação de cidadania e inclusão social” originou-se a partir do interesse em evidenciar a relação existente entre o Serviço Social e a Música, como alternativa de exercê-las em conjunto num processo de emancipação dos sujeitos.

O interesse da junção dessas duas áreas, porém, há muito tempo é tencionada pelo fato de possuir Graduação de Bacharelado em Música - opção de instrumento: piano, pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), e, por este motivo ter ouvido indagações de diversas pessoas sobre o por quê da escolha de duas áreas distintas. Quando na verdade, a música, pode ser um excelente meio de trabalho para o assistente social intervir em suas ações.

A questão da escolha em abordar sobre a inserção da música em projetos sociais ocorreu por dois motivos. O primeiro sucedeu-se após a participação e apresentação como musicista em algumas escolas públicas pelo Projeto da Empresa de telefonia “TIM Música nas Escolas”, o qual tem como objetivo possibilitar as crianças e adolescentes o acesso a diferentes modos de aprendizagem e atuação na sociedade, orientados pelos valores da cultura de paz, utilizando-se, para isso, da linguagem universal da música. Pode-se perceber a satisfação das crianças e dos adolescentes pela música. Essas puderam participar da aula didática musical, por meio de apresentações de suas composições, revelando seu lado artístico e o contentamento de apresentar algo que eles próprios construíram. O segundo motivo coincidiu com a realização de estágio em um projeto social que além de proporcionar outras atividades mencionadas neste trabalho, inclui ainda, a atividade de música (opção de canto).

Desse modo notou-se a importância de oportunizar às crianças e aos adolescentes com aprendizagens musicais, satisfazendo não somente o conteúdo musical, mas também o de exercer questões como integração, cidadania e inclusão social.

O ensino da arte voltado para crianças, adolescentes e jovens das classes populares tem sido colocado, principalmente pela mídia, como uma estratégia para "tirar crianças das ruas", "controlar a violência nos grandes centros urbanos" ou mesmo como proposta de ação junto à população a qual encontra-se excluída. Os projetos sociais têm sido os principais responsáveis pelo desenvolvimento de atividades artísticas junto às camadas empobrecidas da população, sendo o espaço de práticas onde esse discurso busca legitimidade.

Este trabalho, no entanto, tem como foco salientar a importância da inserção da atividade de música em projetos sociais como proposta alternativa e criativa de ação para o Serviço Social. Possibilitando dessa forma, às crianças e aos adolescentes inseridos no Projeto em questão, um caminho para o exercício e a conquista da cidadania e da inclusão social a partir da efetivação de seus direitos, dentre eles, o acesso, a participação, a informação e à educação.

A pesquisa para esta determinada abordagem apresentou certas dificuldades, por se tratar de um assunto escasso, mais precisamente na área de Serviço Social, pois na área de Música, este assunto é mais debatido, por este motivo a maior presença neste trabalho de referências bibliográficas da área musical. Porém, a metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica: livros, documentos, trabalhos de Conclusão de Curso, revistas, e, Plano e Relatório Final de Estágio Curricular Obrigatório II.

A estrutura deste trabalho está organizada em três seções. A primeira seção inicia-se com uma breve apresentação da Empresa ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., pelo fato desta ser importante parceira da Organização Não-Governamental (ONG) - Transmissão da Cidadania e do Saber, o qual desenvolve dentre os diversos projetos, o Projeto "Conhecendo Novos Espaços". Discorre-se ainda nesta seção, sobre a caracterização da ONG - Transmissão da Cidadania e do Saber e a atuação do Serviço Social na mesma. Finalizando, apresenta-se o Projeto "Conhecendo Novos Espaços" em que se realizou o estágio obrigatório II.

A segunda seção aborda brevemente a análise-teórica sobre os temas Terceiro Setor e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Na última seção trata-se sobre algumas reflexões a respeito da música com o ser humano, da cidadania e da inclusão social a partir da inserção da música em projetos sociais. Outras questões tratadas referem-se aos acessos e oportunidades de participação em ações voltadas à realização do ser humano como cidadão através da música. Após,

ilustra-se com alguns exemplos de projetos sociais nacionais existentes, que trabalham com a inserção da música, numa alternativa de contribuir na formação do cidadão. A seção finaliza-se com a abordagem sobre a oportunidade de promoção da cidadania e inclusão social por meio da música no Projeto “Conhecendo Novos Espaços”.

Finalizando o trabalho, apresenta-se as considerações finais referentes ao tema escolhido para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Além das explicações mencionadas anteriormente, ilustra-se com fotos (em anexo), relativas aos momentos de trabalho e integração do grupo de canto, que aconteciam durante o desenrolar das atividades de música.

Por elas, observam-se o entrosamento das crianças e das adolescentes do grupo de música (canto) com o professor e com a estagiária. Registros de suas apresentações também no Centro de Ensino da Polícia Militar com a presença de familiares e equipe do Projeto, e na Empresa ELETROSUL Centrais Elétricas S.A..

SEÇÃO I – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL (ONG)

TRANSMISSÃO DA CIDADANIA E DO SABER

Temos o desafio de pôr mãos à obra, defender direitos, garanti-los com o acesso a serviços de qualidade, fazendo a cidadania em ação, inclusive a nossa, porque defender direitos nossos e dos outros nos faz cidadãos. É esse nosso convite.

Vicente de Paula Faleiros

1.1 ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Decorrente da importante parceria da Empresa ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. no desenvolvimento das atividades da Organização Não-Governamental (ONG) - Transmissão da Cidadania e do Saber, menciona-se sobre esta organização.

A ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. foi constituída em 23 de dezembro de 1968. Trata-se de uma empresa subsidiária de Centrais Elétricas do Brasil S.A. - ELETROBRÁS e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Caracteriza-se como uma Empresa pública de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica. (ELETROSUL, 2008)

A Empresa possui como missão gerar e transmitir energia elétrica, e prestar serviços associados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Atua nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. (ELETROSUL, 2008)

Seus princípios baseiam-se na Responsabilidade Social; Respeito e Valorização do Ser Humano; Atuação com Inovação e Liderança; Respeito ao Meio Ambiente; Atuação com Ética; Atuação com Agregação de Valor. (ELETROSUL, 2008)

Trabalha na lógica de responsabilidade social com intuito de inclusão social. Possui forte presença política e social, desenvolvendo programas sociais, tais como: Programa Luz para Todos, Plano de Revitalização e Capacitação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, Vamos Plantar, Hortas Comunitárias, ELETROSUL Casa Aberta, Programa Jovem Aprendiz e, entre outros, o Programa de Preparação Profissional – Primeiro Emprego. (ELETROSUL, 2008)

No ano de 1993 que então veio ocorrer um dos grandes marcos da responsabilidade social no país: o lançamento da Campanha Nacional de Ação da Cidadania Contra Fome, a Miséria, e Pela Vida, encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza, que contou com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e foi decisivo para o processo de aproximação dos empresários brasileiros com as ações sociais.

1.2 Caracterização da Organização Não-Governamental (ONG) - Transmissão da Cidadania e do Saber

A ONG - Transmissão da Cidadania e do Saber, Instituição a qual realizou-se o estágio obrigatório, caracteriza-se como uma Organização Não-Governamental, Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos. Em 31 de outubro de 2001 foi fundada por um grupo de empregados da ELETROSUL Centrais Elétricas S/A e contou com o apoio da mesma. (CIRINO, 2007)

A caracterização jurídica da ONG - Transmissão da Cidadania e Saber se enquadra como uma organização do Terceiro Setor.

A sede da Transmissão da Cidadania e do Saber estabeleceu-se no mesmo espaço físico da matriz ELETROSUL, em Florianópolis, tendo também Núcleos de atuação nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e em outras cidades de Santa Catarina.

Constitui-se por ilimitado número de associados, todos voluntários, podendo ou não ser empregados da ELETROSUL. Todos podem contribuir: financeiramente, com serviços voluntários, com o objetivo de fomentar o voluntariado e ampliar as ações sociais desenvolvidas pelos empregados da ELETROSUL nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso.

O segmento do voluntariado, há muitos séculos atrás, encontrava-se mais dentro das instituições religiosas. Com o passar dos tempos desenvolveu-se, mais precisamente na década de 90, ocorreu o que muitos referem-se como a explosão do setor sem fins lucrativos e com ele a ampliação do número de voluntários. (NILSSON, 2003).

O voluntário, para Nilsson (*ibid*, p.06), não consiste somente em doar seu tempo aos menos favorecidos, mas, “visualizar nesta ação, uma via de crescimento pessoal e efetivo comprometimento e contribuição para com as pessoas, as comunidades, instituição e/ou grupos onde se encontra inserido”.

Pode-se dizer que o voluntário é toda e qualquer pessoa que, sensibilizada com os problemas sociais, se compromete, de forma gratuita, dedicando parte do seu tempo livre a serviço de outros que dela necessitem.

O trabalho voluntário não deve ser considerado semelhante às ações do Estado, pois cabe ao setor público (federal, estadual e municipal) o pleno atendimento das políticas públicas a todos os cidadãos. Pode-se ficar a cargo do voluntariado uma parceria com o Estado para que não ocorra privatização das políticas públicas, e sim combatendo a pobreza, buscando a diminuição da desigualdade social.

O significado de parceria no entendimento de Cardoso (2004, p.46) trata-se de “uma relação entre iguais e liberdade para a tomada de decisões. Os parceiros devem concordar quanto aos objetivos, aos métodos de atuação e à transparência durante a execução dos programas”.

Neste sentido, Cardoso (2004, p.46) menciona que:

As novas formas de participação e mobilização abriram as portas para as parcerias entre governos (locais, estaduais ou federais) e ONGs, empresas (grandes e pequenas), universidades e associações de vários tipos. Novos atores sociais se mobilizaram fora do Estado e muitas

vezes contra ele [...] as políticas sociais ainda eram vistas como uma atribuição do Estado, mas as parcerias com as empresas e as organizações civis, ao mesmo tempo em que a democracia, começaram a criar raízes. O espaço público já não se confunde com o espaço governamental, e o desejo de resultados eficazes no combate aos problemas sociais crônicos provocou uma ampliação das parcerias com vistas à programação de intervenções eficazes.

A autora ressalta que a finalidade destas parcerias não é de diminuir ou isentar o papel do Estado na construção de uma sociedade mais igualitária, mas de construir, através de parcerias, uma rede social entre as comunidades envolvidas, ampliando seus espaços de participação.

Numa sociedade cada vez mais complexa e dotada de interesses legítimos e conflitantes, surgem, nos anos 1990, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que se orientam para a promoção e desenvolvimento das comunidades empobrecidas, baseando-se nos direitos e deveres referentes à cidadania, criadas com o objetivo de atender a área social

O contexto histórico da ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber tem início em abril de 1993, quando os empregados da ELETROSUL sensibilizados pelo movimento Nacional - Campanha e a Criação de Comitês da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, a partir da iniciativa do sociólogo Herbert de Souza “Betinho”, com o objetivo de combater a miséria, promovendo a valorização da vida e o resgate da cidadania - resolvem aderir ao movimento, organizando um Subcomitê de Ação da Cidadania, na sede da empresa em Florianópolis. (VASCONCELOS, 1998)

O Subcomitê, formado por empregados voluntários da ELETROSUL, buscou apoiar e estimular grupos de moradores que viviam em situação de exclusão, promovendo condições que possibilitassem o desenvolvimento social e cultural. Visando contudo o atendimento das necessidades de subsistência e ao pleno exercício da cidadania.

A organização administrativa funciona a partir de um Conselho Fiscal com a participação de três voluntários, e um Conselho Diretor, com cinco voluntários, sendo que ambos são eleitos pelos associados. Entre esses cinco voluntários para diretores, elegem um entre eles para ser o presidente da ONG.

A ONG apresenta em seu quadro funcional, uma Assistente Social (Coordenadora de Projetos) e uma Assistente Administrativa (Coordenadora Administrativa), bem como um Contador contratado. Além disso, existem cinco

coordenadores regionais, que no ano de 2003 se consolidaram em todas as regionais estaduais da Empresa.

A Assistente Social, que coordena os projetos desenvolvidos por esta organização, somente tem como exceção o Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, que dispõe de uma Assistente Social contratada exclusivamente para a coordenação deste. No entanto, a Assistente Social da ONG participa juntamente com esta profissional no processo de elaboração das atividades, atendimento às crianças e adolescentes participantes do projeto bem como de seus familiares, captação e organização de recursos financeiros e na fomentação de novos parceiros no que se refere ao Projeto.

A Transmissão da Cidadania e do Saber tem como missão contribuir com projetos de qualificação para o trabalho, geração de renda e educação, a partir de ações voluntárias e/ou contratos temporários, visando o desenvolvimento social e humano, minimizando os efeitos das desigualdades sociais. (TRANSMISSÃO DA CIDADANIA E DO SABER, 2008)

A ELETROSUL, após a fundação da ONG, considerando os objetivos desta e percebendo a importância da continuação de seu apoio às ações voluntárias de seus empregados, contribuiu financeiramente para a realização da continuidade dos trabalhos.

Os projetos da Transmissão da Cidadania e do Saber conforme CIRINO (2007) buscam ser distribuídos entre segmentos diversos, como: na educação, na inclusão produtiva, no esporte, entre outras. São definidos através de reuniões com a diretoria da ONG, as quais são realizadas regularmente, pois nenhum recurso é destinado sem a ciência e avaliação da diretoria. Quando surge uma demanda, esta é colocada em pauta nas reuniões onde é analisada a viabilidade da execução do projeto, o orçamento disponível e se o público atendido encontra-se nos critérios da ONG. Para determinar os critérios é realizada uma avaliação sócio-econômica, para verificação da média da renda da família, que gira em torno de um salário mínimo. (CIRINO, 2007)

Dentre as atuais ações desenvolvidas pela Transmissão da Cidadania e do Saber, apresenta-se: as Ações de Cidadania que são realizadas através de doações; Campanhas Temáticas como: Campanha de Páscoa, do Agasalho, da Meia Fina e Campanha Solidária; na Educação como: Projeto de Escolarização Terceirizados, Reforço Escolar Terceirizados, Livros Vestibular e o Projeto Conhecendo Novos Espaços, este em que realizou-se o devido estágio obrigatório; na Geração de Renda como: Internet na Marcenaria Inclusão Digital S.C., Projeto Ação Social Arca de Noé – Curso de

Manicure, Curso de Inglês Básico, Curso de Espanhol Básico, Inclusão Digital “Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos” (AFLODEF), Curso Programação de Sites de Internet, Curso de Defesa Pessoal, Curso de Inglês Avançado, Curso de Manicure – Fundação Vidal Ramos; na Saúde como: Curso de Biodança; no Social como: Dona Inácia, Doações Igreja da Comunidade de Pantanal, Creche Vovô Vitorino.

A execução dos projetos de Inglês e Inclusão Digital acontecem em duas salas da ELETROSUL, e os demais projetos são desenvolvidos em associações, centros comunitários e escolas, por meio de parcerias.

A delimitação da área de atuação em organizações da sociedade civil é de suma importância para que o trabalho seja sistematizado e tenha um direcionamento, tanto quanto estipular a missão e objetivo da organização. Como ressalta Rosa (2003, p.47):

A primeira coisa a se fazer ao se criar uma ONG é definir sua missão, objetivos e estabelecer sua área de atuação. Os objetivos são propósitos específicos, alvos a serem atingidos ao longo de determinado período de tempo, que, em conjunto, resultarão no cumprimento da missão da organização. A missão indica de forma genérica para os públicos interno e externo da organização a finalidade de seu trabalho, os objetivos tem um caráter mais interno e gerencial. Os objetivos são uma importante ferramenta de análise e acompanhamento dos responsáveis pela organização.

A ONG - Transmissão da Cidadania e do Saber visando dar atendimento à sua missão, de contribuir para minimizar as desigualdades sociais atua em parceria com outras entidades públicas e privadas, desenvolvendo diversos projetos, onde são priorizados os de qualificação profissional. Busca a sensibilização dessa população quanto à questão de ser sujeito de direito dentro da sociedade.

De acordo com as necessidades da comunidade, a ONG “poderá dispor recursos financeiros, humanos e materiais”. Os recursos financeiros, conforme mencionado anteriormente, originam-se “das contribuições mensais dos empregados e da ELETROSUL, e dos projetos de auto sustentabilidade”. Os recursos humanos se compõem por voluntários, que em sua maioria são empregados da Empresa. “O recurso material provém de doações recebidas, [as quais] são distribuídas para entidades” cadastradas, e que manifestam estas necessidades por meio de solicitações. (Cirino, 2007, p.54)

O Objetivo Geral da Transmissão da Cidadania e do Saber como já citado anteriormente é o de contribuir para o desenvolvimento social e humano através de ações voluntárias e minimizar os efeitos das desigualdades sociais. E dentre os específicos pode-se mencionar a capacitação de indivíduos para o exercício da cidadania; promoção do conhecimento na área de informática e alfabetização; promoção do intercâmbio com outras entidades; defesa dos interesses dos cidadãos e das comunidades; estabelecimento de parcerias privadas e públicas; regionalização das ações de Transmissão da Cidadania e do Saber.

1.3 Atuação do Serviço Social na ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber

O profissional de Serviço Social dentro da organização participa na elaboração, acompanhamento dos projetos e programas; captação e organização de recursos financeiros e de parcerias; e gerenciamento das ações sociais desenvolvidas pela Instituição.

A prática do Serviço Social desenvolvida na ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber é condizente com a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8.662/93. Essa lei traz nos seu artigo 4º as competências e as atribuições privativas do Assistente Social, o 4º inciso II: “Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade Civil”.

As ONGs, no entanto, podem servir como um novo espaço de ação para o profissional de Serviço Social, pois como menciona Gohn (2000, p.61) na citação a seguir:

As ONG's são possibilidades à medida que representam um novo espaço organizativo na sociedade civil, de forma mais espontânea, menos burocratizada. Poderão ser mecanismos fundamentais de construção da cidadania brasileira, podendo atuar como agentes de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento de bens públicos.

De acordo com a autora, a origem das ONG's no Brasil deixou um legado de que essas podem se configurar como espaços potencializadores de práticas e experiências democráticas que convergem como elementos para a construção de uma nova ordem societária.

De acordo com Paz (1997), o trabalho em ONGs é eminentemente social, no intuito de buscar fortalecer a organização da sociedade civil, as conquistas de direitos, a cidadania e a democracia. Geralmente a composição profissional da equipe é multidisciplinar, e de acordo com a divisão técnica do trabalho, a ação do assistente social terá maior ou menor definição. Pode haver exigência de uma maior especialização técnica deste profissional, dependendo do plano ou projeto de trabalho da ONG, como por exemplo, nas áreas de políticas públicas, educação, habitação, meio ambiente, criança e adolescente, relações de gênero e direitos da mulher, direitos humanos etc. Além disso, o assistente social pode contribuir no gerenciamento e desenvolvimento institucional e organizacional das ONGs.

O campo de trabalho dos assistentes sociais no Terceiro Setor, mais precisamente nas ONGs torna-se um tanto desafiador por constituir-se um campo relativamente novo para os profissionais que estão inseridos neste segmento, possibilitando deste modo, um novo campo de lutas em prol da justiça social.

1.4 Projeto “Conhecendo Novos Espaços”

O Projeto “Conhecendo Novos Espaços” iniciou seu processo de implantação em Dezembro de 2007, em parceria com a ELETROSUL e a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC).

A partir do resgate da missão da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) que é a de “preservar a ordem pública em todo território catarinense, atuando de forma integrada através da prestação do serviço de proteção e socorro, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania”, o Projeto propõe, no entanto, que a Instituição contribua assim, promovendo uma aproximação do corpo efetivo à comunidade. Deste modo possibilitando a inclusão social de crianças e adolescentes que

vivem em situação de risco social, direcionando assim, ações para base da nossa sociedade.

A aproximação da Polícia Militar com a comunidade permite a percepção da importância do papel que possui, de guardião da segurança pública, trabalhando conceitos, valores e possibilidades de perspectivas de futuro neste determinado público.

Para a obtenção do exercício de aproximação e interação da Polícia Militar com a sociedade, as atividades propostas pelo Projeto são desenvolvidas com a participação de integrantes da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e por profissionais da Sociedade Civil em geral.

O trabalho de desmistificação e quebra de preconceitos entre Polícia Militar e Comunidade, está sendo realizado por meio da convivência harmoniosa, das crianças, adolescentes e familiares, com os instrutores e voluntários militares, agregado às apresentações dos trabalhos desenvolvidos pela PMSC.

Os programas de inclusão social e ações sócio-educativas são ferramentas utilizadas, pelo Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, que possibilitam trabalhar com as crianças e adolescentes que encontram-se excluídas de políticas públicas eficientes que garantam alimentação adequada, lazer, cultura, educação de qualidade, saúde e moradia, enfim, condições de uma vida digna para grande parcela da população.

O Projeto “Conhecendo Novos Espaços” tem como objetivo geral possibilitar o desenvolvimento social, pedagógico, cultural e esportivo de crianças e adolescentes residentes dos Bairros da Trindade e da Serrinha, bem como a aproximação da comunidade com a Polícia Militar, buscando oportunizar um processo de desmistificação e quebra de estigmas, culturalmente estabelecidos entre ambas as partes. Dentre os objetivos específicos encontram-se o atendimento de 100 (cem) crianças e adolescentes; criação de um espaço de troca de conhecimentos sobre valores humanos, ética e cidadania; realização de atividades esportivas e culturais, e promoção do trabalho em equipe.

Processos interventivos são realizados por profissionais da equipe do Projeto e, quando necessário, são realizados os devidos encaminhamentos. Para a realização desses diagnósticos procura-se pela avaliação multidisciplinar, composta pela equipe do Projeto, que no ano de 2008 era representada, pelos seguintes profissionais: 02 (duas) Assistentes Sociais, 02 (duas) Estagiárias de Serviço Social (sendo uma voluntária), 01(um) Psicólogo (voluntário), 01(uma) Estagiária de Psicologia, 01 (uma) Técnica de

Segurança do Trabalho (voluntária), 01 (um) Professor de Educação Física (voluntário) e 05 (cinco) Estagiários de Educação Física (sendo um voluntário).

Durante esse ano de 2008, ainda participaram 04 (quatro) alunos oficiais da Polícia Militar, como voluntários, ministrando as atividades de Judô e Xadrez, bem como a participação de outros Policiais Militares que auxiliavam no processo de logística do Projeto.

Os primeiros contatos realizados com intuito de divulgar o Projeto ocorreram nas escolas municipais e estaduais dos Bairros da Serrinha e da Trindade. Através destes contatos foram agendadas reuniões com os pais das crianças e dos adolescentes para sua posterior inscrição. Nestas reuniões obtiveram-se 60 (sessenta) inscrições, sendo que o Projeto apresenta como proposta atender 100 crianças e adolescentes. Por haver vagas sobrando buscou-se parceria com outras instituições, como a Associação de Moradores do Bairro Trindade e ONG – Casa São José da Serrinha. Com esses contatos foi possível completar o número proposto pelo Projeto.

Cabe ressaltar a importância da rede que se forma nas comunidades entre as famílias e os vizinhos, pois, observa-se que grande parte das crianças e dos adolescentes são encaminhadas ao Projeto, por meio de informação entre parentes ou vizinhos.

A realização do Projeto Conhecendo Novos Espaços “possibilita às crianças e aos adolescentes o acesso às atividades social, cultural, educativa e desportiva por meio de cursos de futebol de campo, de salão, judô, xadrez, e música (canto)”. Além destas atividades proporciona-se também um espaço sócio-educativo com o intuito de “incentivar e despertar uma visão crítica e de sensibilizar sobre a cidadania, por meio de palestras, filmes e debates sobre Direitos, Cidadania, Saúde, Drogas, Gravidez na Adolescência, Moral, Ética e Violência”. (Martins, 2009, p.17)

Compreendida “a relevância do desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes e em concordância com os direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, a ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber, por meio do Projeto Conhecendo Novos Espaços, pretende a partir das “ações sócio-educativas proporcionar ao aluno da rede pública a vivência de práticas lúdicas por meio do esporte, arte e cultura que possam se valer ao longo de suas vidas”. (Martins, 2009, p.17)

De acordo com Iamamoto *apud* Lima (2004, p.09), as ações sócio-educativas têm como objetivo transformar a maneira de ver, agir e sentir dos indivíduos em sua

inserção na sociedade. Estas ações incidem no “campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura e produzem efeitos reais na vida dos sujeitos”.

Projetos que buscam propor atividades como o “Conhecendo Novos Espaços”, preconizam o estabelecido no Art. 4.º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê que é dever da família, da comunidade, da sociedade civil e dos governantes oferecer espaços seguros para a prática de atividades esportivas, de lazer, de cultura, proporcionando o direito a alimentação e a educação e à convivência comunitária.

Na próxima Seção, com uma breve análise-teórica sobre o Terceiro Setor e ONGs, vem-se complementar a presente Seção, a qual serviu de prática de estágio, conciliando desse modo a prática com a teoria.

SEÇÃO II - BREVE ANÁLISE-TEÓRICA SOBRE O TERCEIRO SETOR E ONGs

Entender o que são, de onde vem, o que querem, como cresceram e se multiplicaram, como atuam as organizações de cidadãos implica retomar os fios de uma história que combina valores e práticas ancestrais com fenômenos contemporâneos e, em boa medida, anunciadores de profundas mudanças no perfil das sociedades e da ordem internacional.

Oliveira

2.1 Terceiro Setor

O Terceiro Setor vem sendo objeto de debate de diversas áreas do conhecimento, atuando em campos variados como os de arte e cultura, educação, recreação, saúde, assistência social, defesa de direitos humanos e de minorias, ambientalismo e desenvolvimento comunitário. Visto que essas organizações ocupam novos espaços na atuação social, política e econômica.

Teve seu surgimento no Brasil, por meio da herança da colonização portuguesa. A vida social, econômica e política brasileira eram centradas nas grandes unidades agrícolas que visavam à exportação, tendo como base o escravismo. Assim, o Brasil

nasceu como sociedade regida pela “lógica patriarcal da dominação senhorial” (Landim, 1993, p.12).

O surgimento do Terceiro Setor, de acordo com Castro (1999), tem suas origens na Igreja Católica, cujas entidades vinculadas desenvolviam suas ações dentro dos preceitos da filantropia e do assistencialismo.

Na década de 1990, em função do crescimento do Terceiro Setor, houve a necessidade de criar leis adequadas, pela sua importância e expansão em nossa sociedade. A Lei 9.790, de 23 de março de 1999 é conhecida como novo marco legal do Terceiro Setor no Brasil, pois cria as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e o termo de parceria. Segundo Franco (2002, p. 61) “é um conjunto de leis e normas que regulam as relações entre Estado e as organizações da sociedade civil”.

No art.3º da mesma Lei 9.790, Capítulo I - da Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, expressa a amplitude das áreas de interesse público em que as Organizações Sem Fins Lucrativos podem desenvolver as suas atribuições.

Elas podem atuar tanto nas áreas de preservação ambiental como cultural histórico e artístico, como na promoção da cultura ou da assistência social elencando cada tipo de atuação possível caracterizando uma vasta área de abrangência na dedicação das atividades previstas sejam elas por meio de recursos físicos, humanos ou financeiros, ou até mesmo de serviços intermediários que fomentam estudos, pesquisas e na divulgação de informações de utilidade pública ou na prestação de serviços à outras organizações sem fins lucrativos.

Na seqüência apresenta-se as finalidades da Lei contida em seu Art. 3º:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Já em seu Art. 4º propõe a normatização das Organizações Sem Fins Lucrativos abordando sobre os estatutos a que elas devem dispor e sobre as normas básicas que devem ser respeitadas, promovendo a transparência, honestidade e a eficiência dos serviços propostos pelas organizações.

Pelo modo da organização sócio-econômica atual, a economia passou a ser dividida em três setores: O Primeiro Setor sendo o Estado, O Segundo Setor, a iniciativa privada e o Terceiro Setor, a sociedade civil organizada.

O Primeiro Setor, de acordo com Melo Neto & Fróes (1999), é representado pelas atividades Estatais, visando fins públicos. Já o Segundo Setor refere-se às atividades da iniciativa privada que buscam atender fins particulares, e o Terceiro Setor compreende um conjunto de organizações que realizam atividades que são ao mesmo tempo, não-governamentais e sem fins lucrativos.

Esta nova configuração da sociedade, representada pelo crescimento de um Terceiro Setor na economia, emergiu da incapacidade dos dois setores clássicos da economia (Estado e Iniciativa Privada) em suprir as necessidades da sociedade. Ele vem como mediação entre as necessidades sociais e o Estado, apresentando-se como uma alternativa positiva de pressão junto à formulação de efetivas políticas públicas por parte do Estado, sendo um novo campo de lutas em prol da justiça social. (MELO NETO & FRÓES, 1999)

Melo Neto & Fróes (1999) afirmam que a crescente ineficiência do Governo em elaborar programas de caráter social é proveniente da quebra do Estado do Bem Estar

Social, do crescimento do neoliberalismo e da redução das atividades do Estado, resultantes da concepção de um Estado mínimo.

Sendo assim, o Terceiro Setor, segundo Panceri (2001) vem cada vez mais se desenvolvendo nas fundações e institutos de origem empresarial, aonde se dedicam a uma ação social. O Estado fornece a essas organizações isenção fiscal, facilidades legais contribuindo para sua expansão. Outro fator contribuinte para o crescente aumento destas organizações se apresenta por meio do marketing social que estas ações alcançam, a filantropia empresarial auxilia para a boa imagem da empresa.

Já na concepção de Salamon (1998, p.05)

o crescimento do Terceiro Setor decorre de várias pressões, demandas e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e até dos próprios governos. Ele reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e tecnológicas, aliado a contínua crise de confiança na capacidade do Estado.

Ainda para este autor, os fatores que resultaram no crescimento do Terceiro Setor foram: Crise do Bem Estar Social, Crise do desenvolvimento, Crise ambiental global, Colapso do Socialismo, Terceira Revolução Industrial, Revolução das Comunicações, e o Crescimento econômico. A junção destes fatores contribuiu para que a sociedade civil se mobilizasse para o atendimento das demandas coletivas.

Segundo Carrion (2000) o Terceiro Setor compreende-se em diversos tipos de organizações que vão desde entidades sem fins lucrativos, fundações, instituições filantrópicas, projetos sociais ligados a empresas, dentre outras, e tendo como destaque as ONGs.

Melo Neto & Fróes (1999) conceituam o Terceiro Setor como sendo uma “nova esfera pública, não necessariamente governamental”. Composta por iniciativas privadas em benefício do interesse comum e conta com grande participação de organizações não-governamentais. O surgimento do Terceiro Setor tem adquirido um “relevante papel para o desenvolvimento social, uma vez que ele representa a quebra da dicotomia tradicional entre as esferas particular e pública, onde particulares significava negócios e pública significava Estado e Governo”. (1999, p.07)

2.2 Organizações Não-Governamentais (ONGs)

No Brasil, as Organizações Não-Governamentais começam a se formar e estruturar a partir das décadas de 1960 e 1970. As primeiras ONGs surgem em pleno período de ditadura e repressão a qualquer tipo de organização da sociedade civil, acompanhando um movimento característico da sociedade da época de resistência e enfrentamento a todas as formas de opressão. (PAZ, 1997)

A família, o Estado e a Sociedade Civil não conseguindo dar conta das demandas decorrentes das situações de miserabilidade, surgem desse modo, as organizações governamentais e não-governamentais no Brasil, conforme Yasbeck (2000, p.15):

“[...] as ONG`s passaram a ter mais visibilidade nos anos 80/90 por seus investimentos na defesa de direitos sociais, da melhoria das condições de vida da população e da democratização do país muitas delas expressam novos caminhos propositivos da sociedade civil. [...] muitas delas surgiram e se consolidaram em tempos de ditadura e repressão, ligadas a educação popular [...]”

No entanto, foi nos anos 80 e 90 que ocorreu o crescimento e a consolidação das ONGs, sendo na segunda metade dos anos 80 o desafio de se profissionalizar, qualificar sua prática e promover certa especialização temática, em áreas como direitos humanos, políticas públicas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia. Já nos anos 90, as ONGs e as entidades assistenciais se encontram em vários fóruns de debates, com uma série de objetivos em comum. Observa-se, por exemplo, na luta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também pela Lei Orgânica de assistência Social (LOAS), o encontro destas organizações na defesa dos direitos sociais. (PAZ, 1997)

O surgimento das primeiras ONGs é mencionado por Paz como sendo aquelas que “nascem sintonizadas com os objetivos e dinâmica dos movimentos sociais, com um projeto político de fortalecimento da sociedade civil, de defesa dos direitos sociais com ênfase nos trabalhos de educação popular”.

A caracterização das ONGs é apresentada por Tenório (2002, p.07) como “organizações sem fins lucrativos autônomas, não possuindo vínculo com o governo, voltadas para atender as necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”. Ainda menciona o autor que as organizações não estão vinculadas ao Estado, mas se “revestem de caráter público na medida em que se

dedicam a causas e problemas sociais e que, apesar de serem sociedades civis privadas, não tem como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade”.

As ONGs vêm se afirmando cada vez mais como “atores na cena pública, se articulando em redes e fóruns e enfrentando o desafio de trabalhar com políticas públicas, o que demanda maior especialização e sentido propositivo em suas ações”. (Paz, 1997, p.198).

O conceito de ONGs para Paz (1997, p.198) refere-se a organizações privadas em defesa do interesse público, principalmente dos interesses da grande maioria dos setores sociais privados de seus direitos. São caracterizadas por serem autônomas diante do Estado, das igrejas, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. “Seu principal compromisso é com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo”.

Ainda para a mesma autora, o objetivo fundamental das ONGs é a de contribuir para a efetivação de uma sociedade mais democrática, cidadã, justa, igualitária, que respeite as diferenças, as diversidades, valorizando a participação e a solidariedade.

A delimitação da área de atuação em organizações da sociedade civil é de suma importância para que o trabalho seja sistematizado e tenha um direcionamento, tanto quanto estipular a missão e objetivo da organização. Como ressalta Rosa (2003, p.47):

a primeira coisa a se fazer ao se criar uma ONG é definir sua missão, objetivos e estabelecer sua área de atuação. Os objetivos são propósitos específicos, alvos a serem atingidos ao longo de determinado período de tempo, que, em conjunto, resultarão no cumprimento da missão da organização. A missão indica de forma genérica para os públicos interno e externo da organização a finalidade de seu trabalho, os objetivos tem um caráter mais interno e gerencial. Os objetivos são uma importante ferramenta de análise e acompanhamento dos responsáveis pela organização.

Como o papel do Estado vem cada vez diminuindo mais, e assim transferindo suas responsabilidades para as ONGs, enquanto estas deveriam ser parceiras daquela na complementação de suas ações. Sobre esta relação de parcerias entre Estado e ONG, Tenório menciona a importância da concretização das mesmas, apresentando quais são os papéis das ONGs que já ultrapassaram a etapa do assistencialismo, atuando como uma prática desenvolvimentista:

a atuação das ONGs é de extrema importância para a busca da implantação e criação de políticas públicas ou ainda no atendimento das necessidades sociais, o que não podemos deixar de mencionar e até mesmo cobrar é que o papel das ONGs não é o de execução de tarefas públicas que não estão sendo executadas pelo Estado. [Este] deveria ser o maior executor de políticas públicas, podendo seu atendimento se complementado com a atuação das ONGs, pois, se o Estado não for o executor primordial das políticas públicas não teremos uma universalização dos direitos sociais. (TENÓRIO, 2002, p.08)

O Estado sendo o maior empregador da categoria profissional de Serviço Social, acaba desencadeando uma problemática para esta, pelo fato da perda de espaço profissional dentro dos empregos públicos em consequência de sua transferência de responsabilidade para as ONGs. Os contratos de trabalho efetivados pelas ONGs “passam a ser submetidos à precarização das relações de trabalho e a restrição de direitos sociais e trabalhistas”, exercendo muitas vezes “tarefas semelhantes ou idênticas às de outros funcionários concursados”, usufruindo das “garantias legais, sociais e trabalhistas”. (IAMAMOTO, 2001, 126).

Caracterizando as ONGs como um novo campo de trabalho ao profissional de Serviço Social, os quais poderão ampliar esses espaços na medida em que se capacitarem para ocupá-lo, Menegasso (2001, p.54) aponta serem necessários alguns requisitos à sua ação, como “os saberes acumulados pela profissão, vislumbrando soluções para além do imediatismo e do pragmatismo da organização”. Ainda para a autora o profissional de Serviço Social “precisa estar atento e intervir nestes espaços, adotando estratégias qualificadas, embasado nos pressupostos éticos e normativos que orientam a postura profissional”.

A presença de profissionais de Serviço Social neste novo campo de trabalho, além de poder contribuir para a ampliação do espaço de atuação, poderá também garantir maior equidade no acesso aos programas e projetos executados.

De acordo com Landim (1993), o traço característico das ONGs é o direcionamento político, em sentido *lato*, de suas atividades. Pode-se dizer que seu ideário tem como fundamento último o exercício da cidadania e da autonomia dos grupos nas bases da sociedade, no sentido de romper com a secular lógica tradicional da dependência e da hierarquia que caracteriza as culturas populares.

Existem ainda posições diversas em relação ao surgimento dessas novas formas organizacionais. Para Montaña (1999), por exemplo, está associado à política do Estado

mínimo, ou seja, o expansionismo de muitas organizações da sociedade civil deve ser creditado a necessidade absoluta de se preencher a lacuna deixada pelos setores públicos na execução de políticas sociais. Com a retração do Estado amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo de prestações de serviços sociais.

Contrapondo este argumento, Pereira (1996, p.30) menciona, que na sua perspectiva, a transferência de atividades públicas para as Organizações Não-Governamentais – ONGs, além de implicar em melhoria na qualidade do serviço, pois se afastaria de práticas clientelistas, acarretaria num aumento da democracia. Conforme afirma o autor, o público não-estatal “pode ter um papel de intermediação ou pode facilitar o aparecimento de formas de controle social direto e de parceria, que abrem novas perspectivas para a democracia”.

De acordo com Martins (2009, p.13) as diferentes concepções dos autores Montañó e Pereira não devem ser adotadas “radicalmente”. A sociedade civil não deve ser responsabilizada totalmente em ações que são designadas ao Estado, no entanto “a sociedade não deve também ficar de ‘braços cruzados’ criticando ao invés de se posicionar em várias ocasiões, como procurar participar em busca de seus direitos e também deveres”.

No Brasil, atualmente existem grande parcela de pessoas aposentadas pelo fato de estarem vivendo muito mais do que em tempos atrás. Por este motivo “a população ativa, ou seja, na força de trabalho tem reduzido, devido ao envelhecimento da população, [do aumento do desemprego e da] falta de qualificação para ocupar vagas em empregos cada vez mais específicos e informatizados”. (MARTINS, 2009, p.13)

Por este motivo, o Estado

não consegue acompanhar a demanda e necessidades do povo de maneira satisfatória, tendo que se utilizar de recursos de outras frentes, como no caso das ONGs, que elaboram planos de ação eficazes, para um objetivo comum, que é o de dar a população em geral ou específica, uma vida digna e a mais justa possível, considerando-se as diferentes faixas etárias. (Martins, 2009, p.13)

No entanto, a colocação dos autores Montañó e Pereira podem ser consideradas por equilíbrio e combinação entre seus posicionamentos, devendo-se ajustar o que cada um tem de melhor e mais eficaz para se chegar a resultados benéficos. (MARTINS, 2009)

Segundo Martins (p.13),

a posição de Tenório, o qual argumenta que as ONGs devem surgir para complementar as ações do Estado e não para se oporem, evitando desse modo qualquer tipo de confusão para os indivíduos que delas necessitam se torna mais completa por tentar complementar as partes boas que cada uma tem a oferecer.

Na procura de tornar o mundo mais justo e humano, Martins (p.13) menciona que “tanto o Estado quanto as ONGs devem lembrar acima de tudo que estão lidando com pessoas e suas vidas, e sempre deverão direcionar-se ao atendimento das necessidades da sociedade sem a intenção de obterem lucros”.

Na Seção seguinte tratar-se-á sobre algumas reflexões a respeito da música com o ser humano, da cidadania e da inclusão social a partir da inserção da música em projetos sociais.

SEÇÃO III - MÚSICA, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

A arte na nova sociedade se torna um meio indispensável de educação, oferecendo uma contribuição essencial à formação do ambiente humano. Assim, através da sua reintegração na sociedade, a arte tornar-se-á um traço central da nova sociedade.

Koellreutter

3.1 Música

A presente Seção aborda algumas reflexões a respeito da música com o ser humano e após, menciona-se conceitos de cidadania e inclusão social a partir da inserção da música em projetos sociais. Outras questões tratadas referem-se aos acessos e oportunidades de participação em ações voltadas à realização do ser humano como cidadão através da música, de acordo com os direitos designados aos indivíduos. Após, ilustra-se alguns exemplos de projetos sociais nacionais existentes, que trabalham com a inserção da música numa alternativa de contribuir na formação do cidadão, oferecendo o encontro com a linguagem musical, promovendo a cidadania, o senso crítico e a sensibilidade sonora. O trabalho finaliza-se com a abordagem sobre a oportunidade de

promoção da cidadania e inclusão social por meio da música no Projeto “Conhecendo Novos Espaços”.

A música sempre esteve presente na vida do homem, desde a mais remota antiguidade, em todas as culturas e nações, transmitindo uma sensação às pessoas e mexendo com o mais íntimo de seus sentimentos, seja o da alegria ou da tristeza.

Ao longo da história, a música vem desempenhando um “importante papel no desenvolvimento do ser humano, seja no aspecto religioso, seja no moral e no social, contribuindo para a aquisição de hábitos e valores indispensáveis ao exercício de cidadania”. (Loureiro, 2001, p.36)

A questão da música relacionada ao aspecto do trabalho é referenciada por Schwartzman (2000, p.109)

A música é universalmente conhecida como a coletivizadora-mor entre as artes. [...] dentre as artes, ela é a única que se imiscui no trabalho. Em todas as partes do mundo canta-se durante o trabalho, canções de remar, de colheita, de fiar, etc., etc. É também a música que entra nos trabalhos militares da guerra. Pelo menos até este se tornar mecânico. Os hinários de religião, política, de civismo. (Plano de Mário de Andrade enviado a Capanema)

Queiroz (2000) menciona que a música sendo composta pelos homens, reflete desse modo, a cultura de um povo e seus valores. A história, fatos de uma época, de um povo, são em sua maioria, declamadas por meio do desenvolvimento estético de letras musicais, podendo até mesmo utilizar-se desta para a denúncia e crítica social e moral. Pode-se concluir, no entanto, que as letras musicais servem como rico material para a interpretação do real.

Como qualquer outra manifestação cultural humana, Gombrich (2000) menciona que a música pode ser utilizada para a coesão social, reafirmando valores, ou os criticando.

A palavra música origina-se do grego – “Mousikê” – que se denominava, juntamente com a dança e a poesia, como a “Arte das Musas”. (Loureiro, 2001, p.36)

A paixão que os gregos tinham pela música fez com que ela se tornasse “uma arte, uma maneira de pensar e de ser. Desde a infância eles aprendiam o canto como algo capaz de educar e civilizar”. Para eles, o músico era visto como “o guardião de uma ciência e de uma técnica, e seu saber e seu talento precisavam ser desenvolvidos pelo estudo e pelo exercício”. (*ibid*)

A preocupação em tornar a música como disciplina escolar, é tratada por Loureiro (*ibid*)

O reconhecimento do valor formativo da música fez com que surgissem, neste país [Grécia], as primeiras preocupações com a pedagogia da música. Assim, a música requer uma instrução que ultrapassa o caráter puramente estético; torna-se uma disciplina escolar, um objeto de mestria, proporciona a medida dos valores éticos, torna-se uma “sabedoria”.

Segundo Loureiro (*ibid*, p.37) “a Grécia desenvolveu um dos elementos mais importantes do pensamento musical: o raciocínio matemático”. A relação entre a matemática e a música atribui-se ao matemático Pitágoras, o qual afirmava que elas fazem parte uma da outra, e que “nessa relação estava a explicação para o funcionamento de todo o universo. A música é então considerada fonte de sabedoria, sendo considerada indispensável à educação do homem livre”.

Na concepção de Queiroz (2000, p.16) a música

relaxa nossos sensores – não apenas a audição, e sim todos eles – e predispõe nossos sentidos para a comunicação e troca. Assim, a pessoa se abre à disposição de um conteúdo (emocional) presente no ambiente ou em sua própria interioridade. A música predispõe à comunicação verbal ou não-verbal, de nós para com o exterior e as outras pessoas, ou à comunicação entre as diversas partes de nós mesmos.

Seria muito difícil imaginar a humanidade, ou mesmo a uma civilização, sem a presença dela. Imaginemos um filme ou uma festa sem música, no momento em que se retira o som de um filme de terror ele já passa a não dar sensação de medo, ou num filme de drama a sensação de tristeza também não se torna a mesma. Conforme Queiroz (2000, p.16), a música envolve o ambiente e a pessoa por inteiro, “envolve a sensibilidade humana e a predispõe para que nos envolvamos com ela (a música)”.

Não é a toa que a música é extremamente utilizada em marketing, tanto em comerciais de televisão como em propagandas eleitorais. Quem também não se lembra e/ou reconhece o significado da música do caminhão que entrega botijão de gás; de uma

ligação a cobrar, ou até mesmo da melodia que mexeu com o sentimento da nação brasileira cada vez em que o piloto Ayrton Senna ganhava um título, ficando marcada até após sua morte?

Por isso, para que as pessoas se recordem mais facilmente de mensagens publicitárias são utilizados *jingles*¹ para produzir os comerciais, como por exemplo: músicas para políticos, festas, datas comemorativas, supermercados, etc., afim de que se possa “gravar” melhor na mente das pessoas no intuito de convencer a adquirirem seus produtos.

A música é referenciada por alguns autores, como por exemplo, para o filósofo Kant *apud* Fregtman (1989, p.115) como “um exercício daquilo que chama de *humaniora*”, sendo no entendimento do autor “talvez porque ‘humanidade’ signifique sentimento universal de simpatia, sendo também, por outro lado, a faculdade universal de comunicar a vida interior”.

Queiroz identifica a música como

um meio de pesquisa da vida e um meio para nos sensibilizar com os resultados dessa pesquisa. Neste caso, a música é também arte, e além de estimular benfazejamente a sensorialidade, transmite uma mensagem bem definida, mesmo que não em termos verbais ou racionais, o que é vantagem: alcança o coração sem os entraves do intelecto, inevitáveis quando este procura explicar algo ao coração. (2000, p.21)

Segundo Bueno (2000) música é “uma forma de expressão encontrada em todos os grupos humanos, é um produto natural do homem e vem sendo utilizada por ele das mais diversas formas”. Na concepção da autora, recentemente, a música é utilizada para alfabetizar, integrar crianças carentes e até mesmo curar (Musicoterapia). Essa “função social” da música, como ela se refere, está sendo cada vez mais levada a sério.

Bueno menciona ainda, que as “novas utilidades” da música estão sendo analisadas, e que, a inserção da música em projetos sociais vem demonstrando estar dando certo, assim como as escolas, que estão cada vez mais utilizando a música para alfabetizar seus alunos. Para a autora, a música “atrai e envolve os alunos, serve de

¹ **Jingle** é uma mensagem publicitária musicada e elaborada com um refrão simples e de curta duração, a fim de ser lembrado com facilidade. Música feita exclusivamente para um produto ou empresa. É um *slogan* memorável, feito com uma melodia cativante, transmitido em rádio e, algumas vezes, em comerciais de televisão. Um jingle eficiente é feito para “prender” na memória das pessoas. Por isso é tão comum que as pessoas lembrem de jingles que não são mais transmitidos há décadas.

motivação, eleva a auto-estima, estimula diferentes áreas do cérebro, aumenta a sensibilidade, a criatividade, a capacidade de concentração e fixação de dados”. No ambiente da sala de aula, ela afirma que a música é uma verdadeira aliada dos educadores.

Além de alfabetizar, a música também resgata a cultura, auxiliando na construção do conhecimento, tratando-se de um excelente instrumento de cidadania. Portanto, projetos sociais com ações voltadas para crianças e adolescentes de rua, que se utilizam da música e da integração social estão cada vez mais crescendo pelo país, tornando-se mais populares e resultando em exemplos de sucesso. (BUENO, 2000)

No entanto, segundo Souza (1998, p.19) “[...] as oportunidades de aprendizagem de arte, [...] mobilizam a expressão e a comunicação pessoal e ampliam a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos tanto com seu mundo interior como com o exterior”.

3.2 Cidadania

Para um melhor entendimento de cidadania, e, para acompanhar o desenvolvimento dos direitos de cidadania na sociedade burguesa, é importante recorrer a Marshall (1967), que representa o fundamento teórico-metodológico da cidadania como paradigma de análise da política social.

Marshall divide a cidadania em três elementos: elemento civil, elemento político e elemento social. O primeiro elemento é composto pelos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, religião, etc. O segundo elemento se designa ao direito de participar no exercício do poder político, seja como um membro de um partido político ou como um eleitor dos membros de tal partido. O terceiro e último elemento, se refere ao direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participação, e o de poder viver como um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

A cidadania, de acordo com Marshall representa a possibilidade de uma superação das desigualdades. Conforme este autor é por meio da cidadania social que

ele acredita na possibilidade de uma ordem social mais justa, e não por meio da cidadania política.

A palavra cidadania vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Na Roma antiga, o termo cidadania indicava a situação política do indivíduo e os direitos que poderiam ser exercidos. (DIREITOS HUMANOS).

Segundo Dalmo Dallari (1984, p.61) a noção de cidadania

busca expressar a igualdade dos homens em termos de sua vinculação jurídica a um determinado Estado; portanto, este tem o poder de definir os condicionamentos do exercício da cidadania. O cidadão constitui uma criação do Estado, que vai moldá-lo aos seus interesses.

O modo pelo qual o Estado se serve para “moldar” o cidadão é através da educação. “O Estado define a formação do cidadão como um dos fins da educação, atribuindo às instituições de ensino, [...] o dever de dotar os jovens de condições básicas para o exercício consciente da cidadania”. (FERREIRA, 1993, p.22)

A evolução do ser humano até o ser cidadão é ainda discutida por Rosas (2008):

o ser humano torna-se indivíduo quando descobre o seu papel e função social; o indivíduo torna-se pessoa quando toma consciência de si mesmo, do outro e do mundo; a pessoa torna-se cidadão quando intervém na realidade em que vive. O Direito do cidadão é o Direito de Acesso.

“Democratizar o acesso aos bens culturais e difundir as Artes em todas as suas formas” é um dos objetivos do Serviço Social da Indústria (SESI). Este disponibiliza gratuitamente serviços e promove diversos eventos culturais em Centro de Atividades de todo o Estado de São Paulo. “Anualmente são milhares de atendimentos que formam novos públicos e aproximam jovens, adultos, trabalhadores da indústria e usuários da comunidade da plena cidadania”. (SESI MÚSICA, 2008)

Exercer a cidadania, então, passa a significar estar apto para intervir na sociedade em que se encontra; ter acesso às ações e realidades. Sem cidadania passa-se a viver à margem da sociedade. Portanto, a cidadania é uma forma de inclusão social. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2008).

3.3 Inclusão Social

Este trabalho tem como um dos focos procurar entender como o acesso à música pode influenciar na cidadania e inclusão social de indivíduos que talvez nunca tiveram contato ou não foram oportunizados a terem-no com a arte em geral.

A inclusão e a cidadania, de acordo com Faleiros (2006, p.12)

são processos complexos, históricos, diversificados, de mobilidade, de redução da desigualdade, [...] de afirmação da identidade, da segurança, do trabalho, da efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidade, do fortalecimento dos laços sociais, do respeito, da vida digna, de justiça, do empoderamento, do acesso a ativos e à renda, do respeito à diversidade, à cultura e à vida social e comunitária.

Pensando em inclusão social, passa-se automaticamente ao seu reverso: a exclusão social. Esta é um fenômeno que está tão presente hoje, tanto no âmbito mundial como na realidade brasileira que quando se quer desenvolver projetos visando à cidadania “somos levados a estabelecer a inclusão como um desejo, uma realidade que só será alcançada com grandes transformações sociais e políticas”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2008)

No Brasil, a situação de exclusão social é muito grave, portanto

buscar estratégias que se traduzam em melhores condições de vida para a população, na igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e na construção de valores éticos socialmente desejáveis é uma maneira de enfrentar essa situação e um bom caminho para um trabalho que visa à democracia e à cidadania. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2008)

O conceito de exclusão está associado à não efetivação da cidadania, a qual se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais. Apesar da existência de leis que lhes garantam direitos civis, políticos e sociais, ainda assim, uma grande parcela de indivíduos não tem acesso, não efetivando deste modo tais direitos.

É importante enfatizar que a cidadania está associada ao pleno acesso aos bens culturais, intelectuais e materiais. Como apresenta Peregrino (1995, p.24) “a ‘igualdade de oportunidades’ requer uma contínua eliminação das desigualdades socialmente

estruturadas, rumo a relações menos discriminatórias”. Numa sociedade, onde lidam-se com desigualdades, como ainda a difícil permanência da população nas salas de aulas e a conclusão dos estudos, como por exemplo, os dados referentes à realidade de educação mundial apresentados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) utilizando-se de um artigo de Peter Mittler à Revista Pátio (nº20, 2002) onde consta que: 150 milhões de crianças abandonam a escola antes de aprender a ler ou escrever; 125 milhões de crianças em todo o mundo não freqüentam a escola, sendo que as meninas são dois terços desse grupo; apenas cerca de 1% dos deficientes físicos freqüentam algum tipo de escola na maioria dos países em desenvolvimento. (MEC – Secretaria de Educação Básica, 2008)

Neste sentido, negar ao cidadão o acesso à cultura é “cassar-lhe o direito de usar um código mais rico e mais bem estruturado”. (Penna, 1995, p.35). É uma forma de deter o conhecimento nas mãos de poucos, sendo que “a posse desse código é a condição básica para que o indivíduo possa agir e ter uma participação mais ampla na sociedade”. (*Ibid*, p.35). Sendo a música, arte e produção cultural, passa a ser patrimônio da humanidade e direito de todos (*Ibid*, 2003).

Desta forma, “democratizar o acesso aos bens coletiva e socialmente produzidos é primordial na construção da cidadania plena”. (Peregrino, 1995, p.24). Entretanto, Penna (2003) argumenta que ter acesso não significa necessariamente levar à compreensão plena do que se acessa, condição crucial para que o indivíduo sinta-se plenamente incluído em qualquer grupo social. A autora comenta:

Se a arte é uma forma de expressão - de expressar emoções, idéias, vivências, etc. - é também uma forma de comunicação. [...]. E comunicação presume a capacidade de atingir o outro, de ser compreendida pelo outro. Essa compreensão só é possível se o outro entende o “código”, [...]. (PENNA, 2003, p.18)

Este “código”, por sua vez, consiste em linguagem, neste caso “dizemos que a arte é uma linguagem, ou melhor, as diversas formas de arte são linguagens”. (Penna, 2003, p.18). E é na familiarização com essa linguagem que prevalece a democratização e o acesso. Pois como ressalta Penna (2003, p.19): “ninguém gosta, se interessa ou procura por algo que não possa compreender”.

É necessário conhecer e compreender para apreciar. Um exemplo concreto disso provém das gratuidades como não sendo uma forma de acesso democrático, a partir do

momento em que a pessoa não domina a linguagem necessária para a compreensão, “a gratuidade não basta para motivar o ‘consumo’”. (Penna, 1995, p. 48). Portanto, “a motivação para o consumo, o gostar e o entender arte dependem da disponibilidade de esquemas de percepção específicos, que permitem apreender a linguagem artística como significativa”. (*Ibid*, p.68)

Neste sentido,

se o interesse depende da capacidade de compreensão, a distância que a maioria do povo brasileiro mantém das formas de arte, principalmente daquelas ditas eruditas, é gerada pela falta de referenciais adequados, que permitam apreender as linguagens artísticas como significativas. A capacidade de compreender a arte não se deve a um dom inato ou a algo assim; deve-se, sim, a certas formas de perceber, de pensar e mesmo de sentir que dependem da vivência, da experiência de contato com as obras de arte. Em outros termos a capacidade de apreender as linguagens artísticas - o que podemos chamar de “competência artística” - depende da posse de esquemas de percepção, pensamento e apreciação que são gerados pela familiarização. (PENNA, 1995, p.19)

Esta “competência artística” é determinada por Porcher *apud* Penna (1995) como um esquema de percepção destinado à compreensão e apreciação da arte, que está intimamente ligada ao ambiente sócio-cultural em que se encontra o indivíduo. Pois é a partir dele que se dará o contato com as obras artísticas, levando ou não à familiarização.

A inclusão social através da música, no entanto, é entendida como uma forma de levar ao desenvolvimento da cidadania, uma vez que, o indivíduo passando a entender a Linguagem Musical será capaz de apreciar e de interagir musicalmente e socialmente.

No Brasil a cidadania e a inclusão social através da música vêm sendo trabalhadas em projetos sociais, Pavlova (2006, p.21) destaca que

desde meados dos anos 1990, o ensino de música em comunidades de baixa renda tem sido uma arma contra o aumento da violência e, sobretudo, um instrumento eficaz para o despertar da cidadania. Hoje são dezenas e mais dezenas de projetos de norte a sul do território, alguns mais profissionalizantes, outros menos, mas todos comprovando na prática que a arte é uma ferramenta única na descoberta de novas perspectivas para os jovens e que a música erudita - ao contrário do que muita gente ainda pensa, - pode ser apreciada por todas as pessoas, não importando suas crenças, raça ou classe econômica.

Muitos trabalhos com ensino de música em comunidades vêm sendo desenvolvidos, por exemplo, Programa Integração pela Música (PIM) de Vassouras (RJ), reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e que atende 500 famílias, com 511 alunos de 06 a 86 anos. (PAVLOVA, 2006).

Projetos de Intervenção Sócio-Cultural e de Bem Estar Social, com a inserção da música, também são desenvolvidas em diversos lugares do país, sendo apresentados alguns exemplos a seguir:

O Sesi desenvolve atividades nas cidades do interior e Grande São Paulo com o objetivo de formar platéias e divulgar a arte musical, por intermédio da realização de apresentações gratuitas e de caráter didático de música erudita e popular. As apresentações oferecem “ao público o encontro com a linguagem musical, promovendo a cidadania, o senso crítico e a sensibilidade sonora”. (SESI MÚSICA, 2008)

Outro projeto que existe há oito anos é o Coral, do Programa de Erradicação Infantil (PETI), do Município de Currais Novos do Estado do Rio Grande do Norte (RN), o qual foi fundado para

afastar crianças do trabalho infantil através da música, teatro e dança”. Atualmente, 20 meninos e meninas de 07 a 15 anos participam do grupo, que já foi campeão de um concurso promovido na Feira Internacional de Artesanato (FIART) e estão concorrendo para participar do “Criança Esperança”, evento promovido pela Rede Globo. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2008)

A apresentação deste Coral do PETI marcou um momento emocionante no início do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (FONSEAS) no Estado do Rio Grande do Norte (RN), que aconteceu no dia 28 de agosto de 2008, contando com a presença de 10 meninas do Coral do (PETI), que lançaram o hino do PETI, contando a história do Programa. Dagmênia Santos, a qual tem 17 anos, e que pronunciou um tocante depoimento sobre como o Programa a fez descobrir seu talento

para a música. “No PETI, eu pude ver que sou capaz de vencer na vida”, contou a jovem cantora. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2008)

O Festival de Arte e Cultura da Assistência Social, outra intervenção sócio-cultural em questão, que foi organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no ano de 2006, apresentou “um panorama completo da cultura brasileira na ponta extrema do espectro social brasileiro”, sendo realizada com a produção artística de crianças e adolescentes que participam de programas como o de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela) e o Agente Jovem (que atende jovens de 15 a 17 anos). Este festival recebeu 284 trabalhos de municípios de todas as regiões do País, “compondo um retrato nítido das diferenças étnicas e de formação cultural (folclore e tradição), bem como do meio em que reside (urbano ou rural) a jovem população pobre do Brasil”. (CONGEMAS, 2006)

No mesmo Festival, crianças e adolescentes subiram ao palco para “representar - por meio da dança [e da música] - as situações de violência sexual que sofreram, em uma tentativa de quebrar o silêncio sobre um problema freqüente, mas ainda tabu, na sociedade brasileira”. (CONGEMAS, 2006)

Um dos vencedores deste Festival foi a “Banda de Latas e Todas as Cores” do Programa social do PETI de Fortaleza (CE), o qual proporciona às “crianças e adolescentes a grande aventura de construir da sucata, do ferro velho e da lataria novas oportunidades para suas vidas”. (CONGEMAS, 2006)

A música, como uma nova alternativa na ressocialização do jovem infrator foi publicada pelo Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE), como um modo a “assegurar aos adolescentes autores de atos infracionais, a garantia de seus direitos sociais e as condições para o trabalho sócio-educativo, com o objetivo de estimulá-los a estabelecer um novo projeto de vida”. (SETAS, 2008)

Confirmando essa premissa, no 2º semestre de 2007, foi estabelecida uma parceria entre a Defensoria Pública e a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária - SETASS referente ao projeto “Som do Futuro”, cujo foco é o desenvolvimento da proposta de musicalização nas unidades educacionais de internação, no Estado de Mato Grosso do Sul. (SETAS, 2008)

Paralelamente, articulou-se uma parceria da Defensoria Pública com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para se estabelecer uma proposta de educação musical voltada à Unidade Educacional de Internação (UNEI), a qual iniciou-se com a realização de um Seminário contando com a presença da Profª Drª Magali Kleber da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Esta Professora trouxe “uma discussão à respeito de projetos musicais desenvolvidos em áreas de grande vulnerabilidade social. A tônica do Encontro foi o esclarecimento de vários conceitos e do papel da música na formação cultural de crianças e de adolescentes”. (SETAS, 2008)

Como resultado dessa ação, foi proposta a realização de um Workshop com os acadêmicos do curso de Música da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), abordando-se os temas: Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE) e Trabalho Sócio-Educativo, “como subsídios para os professores e acadêmicos do curso de Música na elaboração da proposta de musicalização para as Unidades Educacionais de Internação (UNEIS)”. (SETAS, 2008)

Programas de integração entre comunidade e orquestras também estão sendo fortemente desenvolvidos em alguns países como Alemanha, França, Espanha, Suécia e Finlândia. Esses programas geralmente têm como foco a educação musical em escolas, instituições comunitárias e socioculturais. Ensaios e concertos abertos são oferecidos por algumas orquestras que abrangem mais instituições. Essas também oferecem materiais para o apoio da educação musical, com relevância ao repertório orquestral. Parcerias com escolas onde são desenvolvidos programas intensivos também fazem parte dos trabalhos oferecidos pelas orquestras, através de workshops com os músicos e concertos didáticos. (KRÜGER, 2003).

No Brasil, programas similares são desenvolvidos por orquestras como a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP), Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), Camerata Florianópolis, Camerata Antíqua, Orquestra Sinfônica Municipal de Santos, Orquestra de Câmara do Estado de Mato Grosso. Na Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP), por exemplo, foi fundada a Coordenadoria de Projetos Educacionais, com o intuito de divulgação do repertório de orquestra e principalmente, contribuir na formação de um cidadão crítico em relação à música.

A inclusão da música em projetos sociais, neste sentido, pode ser uma forma de buscar caminhos para construção de experiências reflexivas, por meio dos trabalhos realizados, das apresentações, das músicas e etc., resultando em experiências vivenciadas, na realidade em que vivem os educandos, no caso os usuários, através das informações adquiridas.

3.4 Inserção da Música no Projeto “Conhecendo Novos Espaços”

O Projeto “Conhecendo Novos Espaços” tendo dentre os objetivos, o de possibilitar o desenvolvimento social, pedagógico, cultural e esportivo de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que busca oportunizar um espaço de troca de conhecimentos sobre Valores Humanos, Ética e Cidadania, concilia, desse modo, com a questão do exercício da cidadania e da inclusão social, com a prática musical como uma das alternativas para a sua efetivação. Pois, como Rosas (2008) menciona, o “direito do cidadão é o direito de acesso”. Acesso este, em que as crianças e os adolescentes passam a conquistar como sujeitos de direitos, possibilitando assim, para a “superação das desigualdades”, conforme Marshall (1967) cita o que seria cidadania em sua ótica.

Como se constata nos Artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim descritos a seguir:

Art. 4.º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

Já o Art.53, do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer tem por finalidade o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, o acesso à educação surge com um fator de transformação social, visando o combate a exclusão social, permitindo que a criança e o adolescente se desenvolvam e estejam preparados para as exigências da vida em sociedade, tanto quanto aos seus direitos e deveres. A defesa e a ampliação

dos direitos sociais tornam-se necessárias à garantia e construção de uma sociedade mais justa, igualitária, e liberta da exclusão e da miséria.

Com relação às condições das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos e de deveres, ainda, menciona-se no Art.3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (2005, p.23)

Outra questão relevante, decorrente do Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, trata-se especificamente da atividade de “canto”, a qual possibilita às crianças e aos adolescentes estarem exercendo a sua cidadania, a partir de um trabalho comprometido por meio da educação musical, ou seja, pela linguagem musical.

O processo de ensino-aprendizagem por meio desta arte específica, a música, foco deste trabalho, trata-se de um “excelente instrumento de cidadania”, como afirma Bueno (2000), porque além de “alfabetizar e resgatar a cultura” auxilia na expressão dos sentimentos, seus valores, modos de vida e costumes.

Este processo torna-se valioso, pelo motivo de ser a partir dele que as pessoas conseguem expandir seus sentimentos mais facilmente, pois, a música sensibiliza o interior do ser humano por inteiro, contribuindo para o desenvolvimento emocional, motor e social das crianças e dos adolescentes.

Durante as atividades de “canto”², pôde-se perceber que as crianças e as adolescentes expressavam-se bastante quando cantavam as músicas, que elas mesmas escolhiam para se apresentar posteriormente, em “*solo*” ou em “*duo*”, por se tratar de músicas que se relacionavam com seus sentimentos, suas vivências atuais. Em sua maioria, tratava-se de músicas românticas, mais especificamente pagodes românticos.

² Esta atividade, como as demais que me refiro a seguir, são referentes à experiência vivida durante meu estágio no Projeto “Conhecendo Novos Espaços”, no ano de 2008.

Conforme Cruz (2004, p.7):

[...] a arte como um instrumento transformador que interage entre os indivíduos e reflete como ação transformadora no grupo, interferindo no psicológico e no social, seja na fala, na expressão corporal, na poesia, na música, na decoração de suas casas ou espaços onde se abrigam, na expressão gráfica com uma turma de crianças, elas nos dizem quais as necessidades básicas da comunidade, suas visões de mundo, sonhos e desejos de transformação social.

O Professor desta atividade de música, a partir do “canto”, proporcionava as crianças e aos adolescentes, o acesso a variados estilos de música, procurando desta forma, diversificar o conhecimento das mesmas. Mas notava-se a preferência musical por estilos que mais tinham a ver com a realidade em que vivem, dificultando deste modo, a inserção de outros estilos musicais os quais não lhe agradavam muito, tendo algumas exceções de participantes que conseguiam aceitar o novo.

Entretanto, como Penna (2003) argumenta, ter acesso, não significa necessariamente ter compreensão plena do que se acessa, condição esta, crucial para que o indivíduo sinta-se plenamente incluído em algum grupo social.

No Art.58 do ECA, do Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer menciona-se que “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”.

As crianças e as adolescentes participantes da atividade de “canto”, sem exceção, manifestavam bastante ânimo ao cantar a música “Rap da Felicidade”, sempre solicitando ao professor para cantarem, pois a letra desta música se assemelha ao que elas vivenciam em seu cotidiano. Conclui-se, no entanto, que elas gostam de determinadas músicas pelo fato de se identificarem tanto moralmente como sentimentalmente com a mesma. A seguir ilustra-se com recortes de trechos da música mencionada anteriormente:

(refrão)
Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente
Na favela onde eu nasci
É...

E poder me orgulhar
E ter a consciência
Que o pobre tem seu lugar

Mas eu só quero
É ser feliz, feliz, feliz, feliz
Onde eu nasci
Ham
E poder me orgulhar
E ter a consciência
Que o pobre tem seu lugar

Minha cara autoridade eu já não sei o que fazer
Com tanta violência eu sinto medo de viver
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
A tristeza e alegria que caminham lado a lado
Eu faço uma oração para uma santa protetora
Mas sou interrompido a tiros de metralhadora
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
O pobre é humilhado, esculachado na favela
Já não agüento mais essa onda de violência
Só peço autoridades um pouco mais de competência

(refrão)

Diversão hoje em dia não podemos nem pensar
Pois até lá nos bailes eles vem nós humilhar
Ficar lá na praça que era tudo tão normal
Agora virou moda a violência no local
Pessoas inocentes que não tem nada haver
Estão perdendo hoje o seu direito de viver
Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela
Só vejo paisagem muito linda e muito bela
Quem vai pro exterior da favela sente saudade
O gringo vem aqui e não conhece a realidade
Vai pra zona sul pra conhecer água de cocô
E o pobre na favela vive passando sufoco
Trocaram a presidência uma nova esperança
Sofri na tempestade agora eu quero abonança
Povo tem a força, precisa descobrir
Se eles lá não fazem nada faremos tudo daqui

(refrão)

A utilização de letras de música serve, portanto, como rico material dos quais podemos nos valer para interpretar a realidade. A análise de trechos de música popular de uma região ou país como por exemplo, expressa, nas estrofes, valores, indignações, representações, que são socialmente veiculados, diferentes modos de apreender contextos que compõem estas realidades.

Na compreensão de Beyer (1994 p.103) a letra de música antigamente

possuía mais uma função socializadora, uma função até disciplinadora na escola. O canto, como elemento agradável para a maioria dos alunos, servia muito bem para transmitir de uma forma sutil o código moral e ético, possibilitando a manutenção de valores existentes na sociedade.

O significado de música para cada uma das crianças e das adolescentes foi indagado certo dia durante a atividade de “canto”, escrito “Para você música é...”, aonde algumas responderam:

Minha vida, porque gosto de cantar. (Aluna M., 08 anos)

Faz me sentir bem, lembrar de coisas boas. (Aluna C., 13 anos)

Diversão, expressão de sentimentos (Aluna A., 13 anos)

Um ensino de vários ritmos e para conhecer cantores do passado que fizeram sucesso. (Aluna M., 11 anos)

Penso na avó porque ela está doente. (Aluna J., 09 anos)

Importante porque adoro cantar. (Aluna V., 14 anos)

Alegria, me lembra a infância que desde pequena gosto de música. (Aluna T., 11 anos)

Uma parte da minha vida. (Aluna M., 11 anos)

A realização das apresentações de “canto”, tanto no local do Projeto, no Centro de Ensino da Polícia Militar, como na Empresa ELETROSUL, demonstrou a satisfação e a auto-estima das crianças e das adolescentes participantes como artistas; e ainda a integração social, conseguindo confiança em si mesmo e no grupo. Tendo ainda a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar, promoção do desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania.

Conforme Almeida (2001, p.14):

[...] ao realizarem atividades artísticas, os educandos desenvolvem auto-estima e autonomia, sentimento de empatia, capacidade de simbolizar, analisar, avaliar e fazer julgamentos e um pensamento mais flexível; também desenvolvem o senso estético e as habilidades específicas da área artística, tornam-se capazes de expressar melhor as idéias e sentimentos, passam a compreender as relações entre partes e todo e a entender que as artes são uma forma diferentes de conhecer e interpretar o mundo.

A importância da arte na construção da autonomia da criança e do adolescente, é outro ponto relevante, onde os mesmos irão exercitar a busca de sua identidade e de sua autonomia, aumentando sua auto-estima.

Segundo Iamamoto (2001), o Assistente Social é um dos principais atores no sentido de garantir e ampliar a cidadania e os direitos sociais, sendo um mediador entre os interesses contraditórios da sociedade, onde a realidade perpassa e é perpassada pelas suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de conciliar o Trabalho de Conclusão de Curso com a experiência prática de Estágio Curricular Obrigatório II em Serviço Social, onde foi possível aproximar o Serviço Social da Música, revelou-se significativa por poder complementá-las, tornando-se rica aprendizagem para a formação profissional e pessoal. Principalmente, pela possibilidade de analisar crítica e reflexivamente as conexões do conhecimento teórico e prático.

Diante do exposto, conclui-se a grande importância da interdisciplinaridade no Serviço Social com as demais profissões, no intuito de um enriquecimento recíproco, contribuindo para o aumento da eficácia das intervenções profissionais. Como aponta Oliveira (2003), a interdisciplinaridade proporciona a união de forças para obtenção de um objetivo comum, possibilitando o diálogo, a troca de conceitos e idéias, e a criatividade.

Pode-se perceber, no caso da interdisciplinaridade do Serviço Social com a Música, um crescente desenvolvimento de trabalhos com o ensino de música em comunidades a partir de projetos sociais. Situação esta em que nem sempre apresenta um assistente social participando destes.

Como afirma Krüger (2003), programas de integração entre comunidade e orquestras estão sendo fortemente desenvolvidos em alguns países como Alemanha, França, Espanha, Suécia e Finlândia. Ensaios e concertos abertos são oferecidos por algumas orquestras, além de oportunizarem materiais para o apoio da educação musical.

Deve-se ressaltar, porém, que os Projetos Sociais que apresentam atividade musical em seu contexto, tendo como finalidade primeira oferecer oportunidades de acesso, de cidadania, educação, inclusão, e etc., contribuindo para a construção de um futuro diferente da qual vivenciam. Sendo assim, não tem como preocupação primeira transformar crianças e adolescentes em célebres músicos ou profissionais da área.

A música sendo considerada como um meio de "tirar" crianças da rua, de oferecer acesso a diversos estilos e culturas musicais, e de incluí-las socialmente, etc., pode ser considerada neste sentido, como um instrumento de grande importância a ser inserida em projetos sociais.

O “direito de acesso” sendo um “direito do cidadão”, como menciona Rosas (2008) permite que o indivíduo possa conhecer, interagir, opinar, apreciar, valorizar e se

sentir incluído num meio onde ele possa interferir livremente. Onde lhe foi dada a oportunidade de agir e, automaticamente, dessa forma, se inserir socialmente no meio, nesse caso no âmbito musical. Neste sentido, pode ser entendido como uma forma de exercer a cidadania, de incluir-se socialmente e permitir que o cidadão possa exercer seus direitos.

O assistente social, no entanto, deve trabalhar na elaboração e viabilização de projetos que visem efetivar a cidadania e a inclusão social, através de projetos sociais.

Dessa maneira o assistente social deveria configura-se como um articulador perante a realidade social, no caso presente em relação a música, garantindo cidadania as crianças e aos adolescentes, como parte do seu cotidiano nos diversos espaços em que se relacionam, resultando na concretização de seus direitos de cidadãos, contribuindo para a transformação da sociedade.

Com este trabalho, pretendeu-se revelar que as práticas musicais nos projetos sociais mostram-se como um fator potencialmente favorável para a transformação social dos indivíduos.

Se reconhecermos que o contexto atual exige o trabalho interdisciplinar e o uso de estratégias alternativas e criativas, diante disso, devemos garantir que estes processos introduzam, de forma cada vez mais significativa, à formação profissional. Logo, mediações que exercitem a sensibilidade e a criação podem propiciar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício de algumas atribuições ou competências que precisam ser solidificadas em sua formação.

O presente trabalho buscou contribuir para a reflexão e a prática sobre a inserção da música em projetos sociais, imersos na busca de transformação e justiça social, onde a desigualdade possa ser minimizada, e que a dignidade humana prevaleça nos processos sociais.

Portanto, apontar estratégias de fortalecimento dos direitos inerentes ao ser humano como solução possível para o enfrentamento da problemática social, resulte na cidadania e na inclusão social.

Conclui-se com este trabalho realizado, embora com escassas referências bibliográficas e vivências, no meu entender conseguiu-se visualizar que a música realmente, como sendo parte do cotidiano de cada um, bem orientada e oportunizada, pode ser considerada de grande valia para, no caso em questão, crianças e adolescentes se beneficiarem sobremaneira como cidadãs incluídas na sociedade.

Referências Bibliográficas:

BEYER, Esther. Educação musical no Brasil; tradição ou inovação? *In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM*, 3, 1994, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEM, 1994. p. 97-116.

BUENO, Chris. **A Função Social da Música**. Artigo: Educação, 2000. Disponível em: <<http://trombeta.cafemusic.com.br/trombeta.cfm?CodigoMateria=1160>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2009.

BRASIL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

CARDOSO, Ruth C.L. **Sustentabilidade**: o desafio das políticas sociais no século 21. São Paulo: São Paulo em perspectiva, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 10 de outubro de 2008.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no Terceiro Setor. *In: Tempo Social*. São Paulo: v. 12, no. 2, nov. 2000.

CASTRO, Jucília Vieira de. O Terceiro Setor. In: 1º Módulo - **Capacitação de Dirigentes, Funcionários e Colaboradores de organizações não-lucrativas**. 1. ed. Florianópolis, Univali, 1999.

CIRINO, Ana Paula J. **A parceria entre ELETROSUL e a ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber**: uma experiência de estágio em Serviço Social. Trabalho elaborado Pela Estagiária de Serviço Social, vinculada ao Programa Preparação Para O Primeiro Emprego, em 2007.

COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONGEMAS). **MDS divulga vencedores do Primeiro Festival de Arte e Cultura da Assistência Social**. Informativo do dia: 09/04/06. Disponível em: <<http://www.congemas.org.br/avisofestival.html>>. Acesso em: 05 de novembro de 2008.

CRUZ, Maria C. V. **Pedagogia do Pé No Chão**: Vida e Arte, Construindo Cidadania. Porto Alegre: Cempthom Comunicação e Consultoria Ltda, série Saberes da Prática, 2004.

DALLARI, Dalmo de A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/interagir/dicionario/listadicionarios.php>>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

DALLARI, Dalmo de A. **O que são direitos das pessoas**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIREITOS HUMANOS. **Dicionário de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/interagir/dicionario/listadicionarios.php>>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

ELETROSUL. Disponível em: <<http://www.ELETROSUL.gov.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2008.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6 ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2005. 177p.

ESTATUTO SOCIAL DA ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber. Disponível em: <<http://www.cidadaniaesaber.org.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Inclusão social e cidadania. In: Conferência Internacional de Bem - Estar Social, 32, 2006, Brasília – Brasil. **Palestra**. Brasília: ICSW/CBCISS, 2006. Disponível em PUC- Rio - Certificação Digital Nº 0510672/ CA. Disponível em: <www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/vicente_faleiros.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2009.

FERREIRA, M. T. **Cidadania**: uma questão para a educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FRANCO, Augusto. OSCIP: o primeiro passo de uma reforma social do marco legal do terceiro setor. In: **Seminário de Balanço da Reforma do Estado no Brasil**: A Nova Gestão Pública, Brasília. Anais... Brasília: MP/SEGES, 2002. P. 61-66.

FREGTMAN, Carlos D. **Música Transpessoal** – Uma Cartografia Holística da Arte, da Ciência e do Misticismo. São Paulo: Cultrix, 1989.

GOMBRICH, Ernest H. **A história da arte**. São Paulo: LTC. Editora, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-terra, ONGs e Cidadania**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Centros de Assistência Social do RN ganham 129 computadores**. Notícia do dia 29/08/2008. Disponível em: <http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/govrn/imprensa/enviados/noticia_detalle.asp?nImprensa=0&nCodigoNoticia=8888>. Acesso em: 02 de outubro de 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed. 11^a. São Paulo: Cortez, 2007.

KOELLREUTTER, Hans-Joachim. **O ensino da música num mundo modificado**. In: Anais do I Simpósio Internacional de Compositores. São Bernardo do Campo, Brasil, 1977.

KRAKOVICS, Fernanda. **Música ajuda na alfabetização de crianças**. Folha de São Paulo, São Paulo, 11, set., 2000, p. 4, Caderno cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/cadernos_da_folha.htm>. Acesso em: 25 de novembro de 2008.

KRÜGER, Susana Ester. In: HENTSCHKE, Liane; Del Ben, Luciana(org.). **Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula**. São Paulo: Moderna 2003.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado?: filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LEI Nº 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 26 de outubro de 2008.

LIMA, Telma C. S. de. Serviço Social e intervenção profissional. In: **A intervenção profissional do Serviço Social no contexto da Cidadania e dos Direitos: pensando as ações sócio-educativas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2004.

LOUREIRO, Alícia Maria A. **O ensino da música na escola fundamental: um estudo exploratório**. Belo Horizonte: Mestrado em Educação da PUC/Minas, 2001.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Elian Dirce C. **ONG - Transmissão da Cidadania e do Saber: “Projeto Conhecendo Novos Espaços”**. Relatório Final de Estágio Curricular Obrigatório II. Trabalho referente ao estágio supervisionado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MEC – Secretaria de Educação Básica. **Inclusão Social**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=595&Itemid=599>>. Acesso em: 25 de outubro de 2008.

MELO NETO & FRÓES, Francisco Paulo de. & FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial** – a Administração do Terceiro Setor. 1.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999. 166p.

MENEGASSO, Ester Maria. Organizações e Serviço Social. **Revista Katalysis**, Florianópolis: Editora UFSC, v.5 n.2 p. 107-114, jan/jun. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **Programa Ética e Cidadania: inclusão social**. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/seif/eticaecidadania/index.html>>. Acesso em 20 de setembro de 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS **Divulga Vencedores Do Primeiro Festival De Arte E Cultura Da Assistência Social** Disponível em: <<http://www.congemas.org.br/avisofestival.html>> - 02/09/2008

MONTAÑO, Carlos. “Das ‘lógicas do Estado’ as ‘lógicas da sociedade civil’: Estado e ‘terceiro setor’ em questão”. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XX , nº 59, março de 1999, p. 47-79.

NILSSON, Vera Inês G. **Refletindo sobre Trabalho Voluntário**. Material didático institucional. Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. Franca: UNESP/FHDSS, 2003

PANCERI, Regina. **Terceiro Setor: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos, 2001**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PAVLOVA, Adriana. **Música que revoluciona destinos**. Rio de Janeiro: Anuário VivaMúsica, 2006.

PAZ, Rosângela D. O. As Organizações não-governamentais e o trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 54, São Paulo: Editora Cortez. Seção Trocando em Miúdos, 1997.

PRATES, J. C. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.

PENNA, Maura. (Coord.). **O Dito e o feito** - política educacional e arte no ensino médio. João Pessoa: Ed. Manufatura, 2003.

PEREGRINO, Yara. (coord.); PENNA, M; COUTINHO, S; MARINHO, V. **Da camiseta ao museu: o ensino das artes na democratização da cultura**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1995.

PEREIRA, L.C.B. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

QUEIROZ, J.P. **A música compõe o homem, o homem compõe a música**. São Paulo: Cultrix, 2000.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Marco legal do terceiro setor: aspectos teóricos e prático**. Florianópolis: Tribunal de Justiça. Divisão de Artes Gráficas, 2003.

ROSAS, Vanderlei de Barros. **Afinal, o que é cidadania?**. 2001. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei7.htm>>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

SALAMON, Lester. A emergência do Terceiro Setor- uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, São Paulo v.33, n.1, p.5-11, jan./mar.1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA (SETAS). **Música, uma nova alternativa na ressocialização do jovem infrator**. 11/03/2008. Disponível em: <http://www.setass.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=99&id_comp=373&id_reg=26056&voltar=home&site_reg=99&id_comp_orig=373>. Acesso em: 10 de dezembro de 2008.

SERRÃO, Margarida & BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2.ed., São Paulo: FTD, 1999.

SESI MÚSICA. Disponível em:
<<http://www.sesisp.org.br/home/2006/sociocultural/musica.asp>>. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

SOUZA, Jusamara. Parâmetros curriculares nacionais; ensino fundamental e médio, políticas e ações para o ensino de música nas escolas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, 7, 1998, Recife. **Anais...** Recife: ABEM, 1998. p. 17-26.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TENÓRIO, Fernando G. (org). **Gestão de ONGs principais funções gerenciais**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TORRES, Terezinha G. **Conhecendo Novos Espaços**. Florianópolis, 2007.

TRANSMISSÃO DA CIDADANIA E DO SABER. Disponível em:
<<http://www.cidadaniaesaber.org.br/>>. Acesso em 05 de agosto de 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria *et al.* **Ação da Cidadania Contra a Miséria e a Fome, Pela Vida** – Núcleo ELETROSUL/GERASUL. Projeto do Curso de Administração para Organizações do Terceiro Setor do Centro de Estudos do Terceiro Setor-CERTS. Florianópolis, 1998.

YAZBEK, M. C. **Terceiro Setor e Despolitização**. Revista Inscrita Cfess, v. 6, p. 13-19, 2000.

ANEXOS



Foto 01: Grupo de Canto



Foto 02: Grupo de Canto



Foto 03: Equipe do Projeto “Conhecendo Novos Espaços”



Foto 04: Apresentação do Grupo de Canto



Foto 05: Apresentação do Grupo de Canto



Foto 06: Atividade do Grupo de Canto